

## A união com os municípios pela Amazônia de baixo carbono<sup>1</sup>

Pedro Bara<sup>2</sup>

O Ministério de Meio Ambiente e da Mudança do Clima (MMA) publicou recentemente as Portarias 833 e 834, que tratam dos requisitos e da edição de duas listas de municípios prioritários no Bioma Amazônia, uma para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e da degradação florestal, e outra para monitoramento e controle do desmatamento.

A primeira das listas contém 71 municípios, 48 dos quais localizados nos Estados do Pará (26) e Mato Grosso (22), enquanto na segunda encontram-se 15 cidades, 12 das quais localizadas no Mato Grosso (9) e Pará (3).

Ambas as portarias se referem ao “Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais”, instituído pelo Decreto 11.187, de 5 de setembro de 2023, com o objetivo de apoiar financeiramente, por meio do Fundo Amazônia, os municípios selecionados.

Tal apoio representa um avanço institucional do Fundo em relação àquele, de uma década atrás, voltado aos programas estaduais “municípios verdes” e “municípios sustentáveis”, do Pará e Mato Grosso.

Em termos de conteúdo programático, a ênfase da “União com Municípios” do ministério se dá na promoção da conformidade ambiental e fundiária do território selecionado, em especial, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Nesse sentido, o decreto chega a mencionar uma “lista positiva de imóveis rurais privados”, construída em função da sua regularidade com o Código

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-uniao-com-os-municipios-pela-amazonia-de-baixo-carbono.ghtml>

Acessado em 02.01.2024

<sup>2</sup> Mestre em Ciências de Gerenciamento em Engenharia pela Universidade de Stanford

Florestal e da inexistência de conflitos territoriais do seu CAR com áreas protegidas, florestas públicas e territórios quilombolas.

No mais, aventa-se a possibilidade de fomento à recuperação da vegetação nativa municipal, que a rigor já usufrui de uma dinâmica própria, que passa pelo mercado de carbono.

Considerando o rol de possibilidades em uma região que, pelo seu tamanho e diversidade, requer uma estratégia de atuação territorial integrada, faz todo sentido ampliar o alcance da iniciativa de se unir aos municípios.

Para isso, faz-se necessário entender de que perfil de municípios prioritários estamos falando.

Segundo o banco de dados do Atlas da Pastagem, elaborado pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG) da Universidade Federal do Goiás, e como seria esperado, os 26 municípios paraenses selecionados representavam, em 2021/22, 53% do pasto e 63% do desmatamento estadual acumulado, sendo que 11 deles faziam parte dos 50 maiores pastos municipais do país.

Nesse contexto, são inúmeras as possibilidades de se trabalhar localmente a questão da pecuária, vetor principal do desmatamento da Amazônia.

As duas vertentes mais relevantes apontam para a mesma direção: a promoção da redução das emissões municipais de gases do efeito estufa, seja pela rastreabilidade das práticas fundiárias e ambientais ao longo da cadeia da transformação industrial (produção de carne) e, no caso de um determinado elo da cadeia, pelo incremento pontual da sua eficiência econômica ou por um avanço sistêmico.

Na primeira oportunidade, o destaque se dá no chamado escopo 3 da contabilidade de emissões (a cria-e-recria dos “fornecedores dos meus fornecedores”) enquanto na segunda, as ações se voltariam à recuperação de pastagens degradadas (RPD) no escopo 2 (a engorda dos “meus fornecedores”) ou por meio da integração lavoura pecuária-floresta (ILPF).

No centro dessa discussão estão a proposta de criação e implantação, em oito anos, de um sistema voluntário de rastreabilidade individual de bovinos e bubalinos, aprovada, no fim de maio, pela Câmara Setorial Produtiva de Carne Bovina, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e um programa de crédito subsidiado, atrelado a um “Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura” (Plano ABC), instituído pelo Decreto 7.390 de 9 de dezembro de 2010.

Há controvérsias em torno da eficiência do Plano ABC no cumprimento de metas no seu primeiro decênio (2010-2020), porque no bojo do financiamento da safra, onde o Programa ABC se insere, existem outras linhas de financiamento

público ou até investimento privado que acabam sendo utilizadas para o mesmo fim.

De qualquer forma, segundo o Observatório ABC, do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, nos primeiros cinco anos de operação, a execução financeira do programa foi da ordem de 60%.

Tal fato acabou levando à criação, no início de 2021, de um sistema integrado de informações (SIN-ABC) para o decênio 2020-2030 (ABC+) envolvendo o Banco Central e a Embrapa.

Ainda no âmbito da pecuária e segundo o estudo “O Plano e Programa ABC: Uma análise da alocação dos recursos”<sup>1</sup>, até a safra 2016/2017 houve uma grande concentração de recursos no subprograma RPD nas regiões Centro-Oeste e Sudeste (61% do total nacional alocado) seguida pela região Norte (18%), com um desempenho pífio do subprograma ILPF em todo o país.

Desta forma, foi possível identificar uma série de problemas locais quanto à regularização fundiária e ambiental, baixa atuação e capacitação da assistência técnica, falta de proximidade do Grupo Gestor Estadual (GEE) do Plano ABC, bem como a pouca divulgação da linha de crédito do programa, nesta ordem de importância.

Como um todo, e em particular na Amazônia Legal, cujo papel para a redução das emissões de gases de efeito estufa da agropecuária brasileira é estratégico, a performance do Programa ABC e de outras iniciativas de interesse do desenvolvimento agrário e da infraestrutura local, poderiam se valer da definição de regiões prioritárias para uma atuação regional mais eficaz, a partir de um contexto local de regularidade fundiária e ambiental.

Em outras palavras, a “União com os municípios” se constitui um terreno fértil para a prática da transversalidade da atuação pública e o engajamento do setor privado por um outro ABC, o da Amazônia de baixo carbono.